

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fábio Flôr - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Roberto Salum - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Padre Pedro Baldissera  
Mário Marcondes

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -  
Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO (Orador) -  
Esclarece que propôs o Projeto de Lei n. 0132/2016, que dispõe sobre o monitoramento de banho e tosa de animais nas *pet shops* do estado, tendo em vista o alto número cachorros nas residências. Afirma que tem recebido muitas críticas pela internet, porém, entende que o projeto é necessário e fácil de ser implementado, haja vista toda a tecnologia disponível.

Solicita ao governo do estado o andamento das obras de acesso entre o Farol de Santa Marta e a SC-100, informando que tem informações de que o Deinfra lançará a licitação em breve e que, inclusive, já há recursos disponíveis para a conclusão das obras.

Informa que a contratualização do Hospital São José, em Criciúma, será assinada em breve, agradecendo a parceria dos deputados da bancada do sul do estado pela colaboração. *[Taquígrafa: Renata]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Comunica que esteve em Brasília, juntamente com o deputado Patrício Destro, participando de audiência com representantes da secretaria de Aviação Civil do Estado de Santa Catarina, para tratar sobre os aeroportos do estado, tendo como encaminhamento principal a construção urgente de um Plano Estadual Aeroviário, pois o que temos já existe há 30 anos e está ultrapassado. Destaca que foi uma conversa proveitosa e importante, sendo que o aeroporto de Chapecó é prioridade por se tratar de região de fronteira.

Deputado Patrício Destro (Aparteante) - Agradece ao deputado o convite para participar da reunião com a SAC, reputando importante elencar as prioridades, dentre todos os aeroportos, para resolver os problemas urgentes.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Comenta a importância do transporte aéreo, acrescentando que Santa Catarina deve reforçar a condição dos aeroportos.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela agilidade e firmeza com que está tratando a questão do transporte aéreo.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo compromisso que tem com a região

de Chapecó e com a integração com outras cidades.  
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Fala sobre a agricultura familiar, considerando seu papel estratégico no desenvolvimento catarinense, ressaltando a importância de incentivos e de políticas públicas que atendam as necessidades de todas as áreas.

Considera a importância de algumas conquistas, como a Lei do Microempreendedor Rural, beneficiando milhares de famílias; a tramitação da lei das agroindústrias familiares; e o Programa Minha Casa Minha Vida, proporcionando casa digna ao meio rural.

Registra a audiência pública, que acontecerá quinta-feira, em Treze Tílias, para discutir o projeto que regulamenta o plantio de árvores exóticas junto à rede de energia elétrica.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela assertividade das considerações e pela veemência na defesa do setor agrícola. [Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Discorre sobre um projeto de autoria do deputado Leonel Pavan, que dispõe sobre a concessão de isenção fiscal aos representantes comerciais quando da aquisição de veículos automotor, alterando o regulamento da Lei n° 10.297, de 1996; e outro de sua autoria, que foi apensado ao citado anteriormente e que altera a Lei n° 7.543, de 1988, que dispõe sobre a isenção aos representantes comerciais e os corretores de imóveis do pagamento do IPVA e do ICMS incidente sobre veículos, solicitando sua aprovação.

Faz referência também ao projeto de sua autoria que dispõe sobre o fim da aposentadoria para os ex-governadores, reputando absurdo que

familiares recebam o benefício. [Coordenadora: Carla]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Pontua que o presidente interino faz qualquer coisa para ficar conhecido, observando que segundo a imprensa Temer é conhecido como o pseudo presidente mais rejeitado da história do Brasil.

Declara que a intenção do atual governo é ampliar os gastos públicos, comprar aliados, entregar a Petrobras, demais empresas e bancos públicos aos interesses dos EUA e dos especuladores financeiros.

Critica veementemente a reforma da Previdência Social, frisando que os dados derrubam a tese de que um dos problemas da previdência é a aposentadoria rural. Saliencia que a Previdência Social é uma conquista da classe operária, além de representar, na maioria das cidades, o principal injetor de recursos.

Argumenta que a previdência não é deficitária, o problema é que sucessivos governos contabilizam apenas as contribuições dos trabalhadores e dos empresários, privilegiando, assim, a previdência privada. Acrescenta, ainda, que tal reforma pretende desvincular o reajuste de aposentadoria ao salário mínimo, e que o governo pretende acabar com a aposentadoria rural, transformando-a em benefício da Assistência Rural. [Taquígrafa: Renata]

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Refere-se aos problemas enfrentados pelo SUS - Sistema Único de Saúde - que está atravessando um momento crucial sem possibilidade de atender de maneira justa o povo brasileiro, precisando rediscutir o modelo atual. [Taquígrafa: Salete]

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos inverter a pauta e encaminhar, em primeiro lugar, os vetos, para depois deliberarmos aquelas matérias que foram consensados para votarmos. Qualquer dúvida sobre qualquer matéria, a retiramos de pauta e a deixamos para ser votada na sessão de terça-feira ou de quarta-feira da próxima semana.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação da Mensagem n. 0073/2016, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0289/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe o uso, a comercialização, a produção, a importação e a publicidade de andadores infantis no estado de Santa Catarina.

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a retirada desse veto da pauta.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - V.Exa. tem certeza?

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sim, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Discussão e votação da Mensagem n. 0506/2016, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0005/2016, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a conversão de licença-prêmio em pecúnia dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Antes de encaminharmos à votação, solicito atenção dos srs. deputados para que nós possamos compreender de forma plena o que ocorreu com esse processo, e do que se trata o projeto oriundo da Mesa Diretora.

Há um crédito consolidado dos servidores da Casa, como existia também no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e no Tribunal de Contas, Poderes que já resgataram esses valores, no caso do Tribunal de Contas, em parcela única; no caso do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, parcelado, e há uma necessidade, também uma reivindicação antiga, para que se regularizasse a situação da licença-prêmio.

E o que nós fizemos com esta lei? Nós reconhecemos o débito que em todas as ações judiciais tiveram um ganho de causa, portanto, um débito absolutamente consolidado por parte desta Casa, e ao invés de fazermos o pagamento vamos alongá-lo em mínimo 12 anos, porque o projeto prevê o pagamento de um mês de licença-prêmio para cada ano legislativo, de forma que tem cinco meses, em cinco anos receberá o seu crédito, quem tem dez, em dez anos receberá o seu crédito. Além disso, propusemos, neste processo, que o servidor que preencher as suas condições de aposentadoria e optar pela aposentadoria poderá antecipar seis parcelas. Quem tem seis parcelas, ao invés de receber em seis anos, receberá em seis parcelas mensais, o que vai nos permitir dar consequência àquilo que nós aprovamos nesta Casa quando reduzimos o número de cargos de servidores efetivos de 817 para 409, a partir das aposentadorias dos quadros de nível médio.

Com essa possibilidade de antecipação das parcelas de direito adquirido dos servidores teremos uma efetiva redução do número de servidores de nível médio, portanto, permitindo que a Casa conclua os estudos de necessidade de viabilidade em cada um das áreas e possa, a partir disso, fazer seus concursos públicos, efetivamente, com as necessidades técnico-administrativas e não apenas preencher os cargos abertos dos níveis que nós tínhamos anteriormente.

Portanto trata-se de uma medida que traz economicidade, economia de recursos para a Casa, legaliza uma situação, mas que recebeu um veto por parte do Executivo por entender a origem de forma equivocada. Não o fez da mesma forma no projeto

idêntico do Tribunal de Justiça, na época, tampouco do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Por isso, entendo que houve um equívoco de encaminhamento do governo, em um processo que foi elaborado pela Casa fundamentalmente para enxugarmos despesa, para reduzir o abono de permanência e para reconhecermos o direito adquirido dos servidores. O que é justo, necessário e seria e será pago com decisão judicial, como vínhamos recebendo, muitas vezes de forma única, aqui estamos parcelando em vários anos, dando absoluta estabilidade financeira para a Casa, fazendo com que tenhamos perenidade e serenidade. Não teremos sobressalto na tramitação.  
[Taquígrafa: Salete]

Sendo assim, encaminho a votação da Mensagem de Veto, solicitando a todos os srs. deputados que votem pela derrubada do veto, pois trata-se de projeto de origem da Mesa Diretora, responsável pela gestão da Casa, e com absoluta diligência ao princípio do enxugamento do processo administrativo e da efetiva destinação dos recursos para atividade fim. Prova disso foi a última aprovação que esta Casa fez quando constituiu o fundo para hospitais filantrópicos destinando para a saúde do estado mais de 100 milhões, fruto de nossas economias.

Isso demonstra claramente o nosso propósito de enxugarmos, de reduzirmos despesas e encaminharmos o recurso para sal atividade fim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Encaminha à votação da Mensagem n. 0506/2016.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEDUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, só a título de esclarecimento, quem votar dois derruba o veto?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Sim deputada, quem votar dois derruba o veto e um mantém o veto.

DEDUTADA LUCIANE CARMINATTI - Ok, então dois!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Para quem quiser derrubar é o dois.

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Para orientação de voto, sr. presidente, a bancada do PMDB, a bancada da nossa direita, estendendo aos outros partidos, voto dois, não!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Obrigado deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu aproveito, enquanto votam o veto, para fazer a seguinte questão de ordem, embasado no Regimento Interno, art. 99 e 100, que prevê questão de ordem, e o art. 219 e 220 que trata da requisição do requerimento de prioridade, sr. presidente. Eu apresentei...

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Fernando Coruja, nós estamos em processo de votação. Vamos concluir a votação e eu lhe concedo o tempo que for necessário.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FÁBIO FLÔR	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	abstenção
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO ROBERTO SALUM	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos 33 votos "não", dois votos "sim", e uma abstenção.

O exmo. sr. presidente, deputado Gelson Merisio, acatou as manifestações dos srs. deputados, Milton Hobus e Nilso Berlanda, ambos

votando contrariamente ao veto, fora do sistema eletrônico de votação, assim, totalizam 35 votos "não".

Está rejeitado por unanimidade o veto.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A questão de ordem diz respeito ao Requerimento 0078/2016 que foi aprovado por esta Casa, para que o Projeto de Lei Complementar 0004/2016 tramite em regime de prioridade.

Sr. presidente e srs. parlamentares, faço esta questão de ordem para que seja inclusa, conforme prevê o Regimento em relação à matéria considerada prioritária, uma vez tendo sido aprovado o Requerimento, deve ser subseqüentemente, colocada na pauta, e isto é, na Ordem do Dia, na sessão subseqüente àquela que foi aprovada, apenas obedecendo a preferência de regime de urgência.

O sr. deputado Gelson Merisio saiu daqui, provavelmente o deputado Aldo Schneider vai deliberar a questão de Ordem. [Coordenadora: Carla]

Eu já fiz parte, deputado Aldo Schneider, de vários partidos políticos, por exemplo, o PDT, e o presidente do partido era o Leonel Brizola, e ele era um democrata. Só que muitas vezes ele cruzava a linha da democracia, quando fazia reunião ele acabava pelo poder deliberando questões, muitas vezes pela força de opinião todos acompanhavam. Após fui para o PPS, liderado por Roberto Freire, outro democrata, e havia uma diferença, porque no PPS debatíamos dois dias e no final ele decidia e seguíamos o caminho decidido. Existe muito isso, a pessoa quando tem muito poder ultrapassa o limite entre a autoridade e o viés que pode ser autoritário.

Por isso queria que o presidente, deputado Gelson Merisio estivesse presente, porque eu tenho solicitado que seja incluído na Ordem do dia o

projeto, que foi objeto de deliberação aqui, na Ordem do Dia, e devem ser respeitados os critérios previstos no Regimento Interno de prioridade. Eu apelo ao deputado Gelson Merisio e ao deputado Aldo Schneider que deliberem neste sentido, e que na próxima sessão o projeto que trata do Orçamento Impositivo seja colocado na pauta da Ordem do Dia. O deputado Gelson Merisio é um líder, tem muita autoridade no estado, é presidente do partido, mas tem que tomar cuidado, pois há um limite muito tênue que não pode ser ultrapassado.

Houve a deliberação para se colocar o projeto na Ordem do Dia e peço ao deputado Aldo Schneider que dê provimento à questão de ordem, embasada no art. n. 219 e 220 do Regimento Interno, que esta matéria ou entre hoje, extrapauta, ou entre na próxima terça-feira para ser deliberada pelo Plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Antonio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Acompanhando o deputado Fernando Coruja, participamos de reunião na comissão de Finanças e Tributação e todos os membros decidiram que vão apoiar a proposição de trazer a Casa o Orçamento Impositivo para que se possa ter o orçamento regionalizado completo, só assim vai valer as reuniões que já ocorreram em todo o estado. Então, o meu pedido é que v.exa. coloque em votação o projeto no momento, amparado pela prioridade do deputado Fernando Coruja.

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Presidente, sras. e srs. deputados, da mesma maneira vejo como muito importante para a altivez do Parlamento Catarinense que o trabalho realizado e desenvolvido pela Casa, elaborado de maneira

artesanal e pontual em cada região do estado, que o Parlamento tenha respeito recíproco, e que o trabalho e os recursos gastos em cada reunião se efetive. Não podemos deixar que o Parlamento faça de conta, num grande teatro, e o trabalho ficar reduzido a reuniões! Está na hora de evoluirmos e, da mesma maneira como ocorre no Senado Federal e com os deputados federais, que o trabalho seja impositivo e que toda a movimentação através de comissão, brilhantemente conduzida pelo deputado Marcos Vieira, converta-se realmente em obras e melhorias para o povo catarinense.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, é um assunto extremamente importante para os parlamentares, para os 40 deputados presentes, pois o projeto passou pelas comissões e há um apelo da sociedade catarinense, nós fomos, como dizia o deputado Aguiar, hoje pela manhã, isso na comissão, nós estivemos em várias audiências públicas falando sobre a importância desse projeto e da credibilidade que ele vai trazer para as audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Trata-se apenas de parte do projeto, e é importante que se diga isso para quem nos acompanha de casa, são 3% da receita líquida do Estado que vai para o Orçamento Impositivo, ou seja, uma pequena parcela do Orçamento, mas que com certeza é importante, hoje representaria algo em torno de R\$ 600 milhões por ano.

Então, apoiamos essa iniciativa, e aqui há uma Mesa Diretora constituída e um conjunto de deputados que devem tomar juntos as grandes decisões da Casa.

Eu lamento que esteja para ser votado um projeto, de 2013, que traz transparência nos atos de comunicação de todos os órgãos públicos do estado de Santa Catarina, de nossa autoria, e que até hoje a Mesa Diretora não tenha colocado em votação. Isso é lamentável para quem é eleito pelo povo catarinense, para quem representa aqui uma

base política, uma base social importante de Santa Catarina, pois as decisões desta Casa não podem ficar nas mãos de uma ou outra pessoa.

Então, apoio o deputado Fernando Coruja em seu encaminhamento e também me somo a esta questão.

Deputado Roberto Salum - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Roberto Salum.

DEPUTADO ROBERTO SALUM - Por uma questão de Justiça, sr. deputado - e não falei antes para não atrapalhar a votação - esta Casa, hoje, corrigiu um erro cometido há muito tempo com relação à licença-prêmio, simplesmente por se intimidar. Então, gostaria de dar os parabéns a v.exa., deputado Aldo Schneider, e ao deputado Gelson Merisio, por colocarem em votação esse projeto, que beneficia os aposentados desta Casa, pois no Tribunal de Justiça foi feito dessa forma, no bem como no Ministério Público e no Tribunal de Contas. Então, por uma questão de Justiça, que se faça o mesmo aqui, porque se esta Casa errar, erraram os três Poderes.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero me manifestar, sr. presidente, com relação ao Projeto de Lei do Orçamento Impositivo. Acho que quando o deputado Coruja chama a atenção à prioridade com relação à votação desse projeto, faz muito sentido porque temos observado que as audiências do Orçamento Regionalizado tem se esvaziado a cada ano por uma questão muito real, já que as lideranças que participam das reuniões não sabem ao certo os valores a serem deliberados, e ao mesmo tempo não tem o poder impositivo da execução orçamentária.

Então, quando estamos aqui pedindo para que este projeto entre em pauta, quero destacar, srs. deputados, estamos respondendo à sociedade, pois o Parlamento Catarinense tem que ser respeitado, é

isso que a gente precisa dizer. Mas também temos que responder ao cidadão que deve estar pensando, sr. presidente, que nós estamos criando um outro valor, outra despesa, que não é nada disso! Nós estamos dizendo que parte do recurso que hoje o governo decide sozinho onde aplicar, quem estará decidindo serão os municípios e as 35 agências de Desenvolvimento Regional, assim como a de Florianópolis também. Portanto, tudo dentro do orçamento já existente, dentro dos investimentos já existentes e também obedecendo ao critério de que 30% devem ser investidos na saúde e na educação. Então, não há despesa nova alguma, não há despesa em folha de pagamento, nada disso, apenas estamos democratizando o poder de escolha que passa a ser dos cidadãos que estão lá em cada região.

Sr. presidente, para termos ideia da importância de colocarmos em pauta esse projeto basta observarmos a polêmica gerada por ele aqui, hoje, muito maior do que qualquer veto apreciado, mostrando que o Parlamento Catarinense quer votar e nós precisamos nos fazer respeitar perante a sociedade!

Quero pedir que seja incluído, portanto, para votação, o projeto de lei que trata do Orçamento Impositivo.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Gostaria apenas de me manifestar com relação à questão de ordem levantada pelo nobre deputado Fernando Coruja. Entendo procedente a sua exposição, tendo em vista o art. do Regimento Interno mencionado. Portanto, vou consultar o presidente Gelson Merisio se podemos apreciar o referido projeto nas próximas sessões.

Então, acato, na condição de presidente, neste momento, desta sessão, a solicitação do deputado Fernando Coruja e, evidentemente, o projeto em questão deverá constar da pauta das próximas votações. Trata-se de um projeto muito solicitado pelos srs. deputados e pelas sras. deputadas, e também defendido por nós.

Então, com relação a este assunto, está acatada a manifestação e o deputado Gelson

Merisio, nosso presidente, deverá colocar o projeto na pauta da Ordem do Dia nas próximas sessões. [Coordenadora: Carla]

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, muito embora v.exa. já tenha se manifestado em nome da Mesa, entendo que a Casa deve cumprir a sua parte. O projeto tramitou nas comissões, está pronto para ser deliberado. Esta Casa é soberana em relação a votar esse ou qualquer outro projeto. Cabe ao Executivo, se entender pelo veto, de vetar e a Casa, posteriormente, terá outra oportunidade de derrubar ou não. Estou raciocinando neste caso como qualquer um outro projeto que tramita nesta Casa. Então, pela bancada do PMDB, já que também fui o relator deste projeto na comissão de Constituição e Justiça, entendo que a maioria absoluta, praticamente 100% da Casa, pelas manifestações que foram ouvidas aqui e nas audiências regionais, deputado Marcos Vieira, que presidiu as 36 reuniões em todo o estado, desde a maior até a menor região, e a voz foi única no mesmo sentido, de que as regiões pequenas, médias ou grandes, proporcional a sua população, ao seu território e ao Índice de Desenvolvimento Humano, tenha a proporcionalidade dos recursos do Orçamento do estado.

E aqui quero fazer coro com as palavras dos deputados que já me antecederam. Se nós não fizermos isso não estaremos à altura daquilo que a sociedade espera desta Casa, que já decidiu nas comissões e, agora, falta decidir aqui, em Plenário. Então, apenas quero lhe cumprimentar pela decisão já tomada, aguardando para que na próxima semana, ou se possível ainda hoje - porque temos quórum aqui para deliberar a matéria -, seja feita essa votação.

Deputado Ivan Naatz - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, também sigo na esteira dos meus colegas deputados. A Casa tem um pensamento unânime de colocar o projeto em votação, e unânime em aprová-lo, então, divido a minha manifestação, a minha questão de ordem em duas partes. Primeiramente, de que a Casa, como um todo, deve representar o desejo coletivo, unânime, de colocar o projeto em votação, pois nós, os 39 deputados, temos que ter poder suficiente para que a Mesa Diretora compreenda o desejo de ver o projeto votado hoje. Essa é a primeira manifestação que se faz aqui. Se nós, os 39 deputados, por unanimidade, não conseguirmos colocar o projeto em votação, aí nós mesmos, aqui, nos diminuimos. E isso não pode ser admitido, aqui, cada parlamentar é um voto.

E em segunda parte, sr. presidente, essa história do Orçamento Regionalizado já venceu! Em 2008, 2009 estávamos correndo o estado para o Orçamento Regionalizado, estamos em 2016 e correndo o estado para o Orçamento Regionalizado. Há uma grande estrutura montada com televisão, deputados, diárias, manifestações, em torno desse projeto que, na verdade, se não for perfectibilizado com a aprovação, não serve para nada! Então, estamos nos enganando e enganando os nossos próprios eleitores. Então, o projeto deve vir, sim, à votação, e preferencialmente, hoje, porque esse é o desejo de todos que estão aqui. E como muito bem falou o deputado Valdir Cobalchini, o projeto aprova, vai para o governo, o governo veta, volta para cá para discutir de novo, se for o caso, mas não há razão nenhuma que, por unanimidade a Casa deseja ver o projeto aprovado, e ele não venha à pauta para apreciação.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, na esteira daquilo que já foi colocado pelos ilustres parlamentares que me antecederam, se esta

Casa é democrática, e o Orçamento Impositivo é democrático, é a via, o caminho mais democrático existente, e a ideia do Orçamento Regionalizado, da qual faço parte há dois anos, pois acompanhei durante dois anos as reuniões em algumas cidades, não em todas, deputado Marcos Vieira, as quais v.exa. liderou com muita propriedade, com muito dinamismo, com muita competência, mas eu notei, sr. presidente, que do ano passado para este ano, houve, como disse a deputada Luciane Carminatti, um esvaziamento da participação popular, porque, inegavelmente, se não há um foco, se não há a determinação de uma meta, as pessoas acabam não acreditando. E nós, nesta Casa, acabamos assumindo um papel um pouco distante dessa realidade, quer dizer, nós não realizamos, na verdade, não somos nós os executores, mas nós somos os representantes daqueles que ouvem e levam ao Executivo.

Então, a ideia da discussão do Orçamento Regionalizado é nota 10. Agora, a sua praticidade, nesse sistema, ela é praticamente zero. Então, também apelo a v.exa. para que esta Casa tome essa decisão hoje. Para que postergar se nós podemos tomar esta decisão hoje.

Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.  
[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. Presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o Projeto de Lei Complementar de n. 0004/2016, não é do interesse do deputado Marcos Vieira, não é do interesse do deputado Altair Silva, não é do interesse de qualquer dos srs. 40 deputados, esta Casa tem que cumprir com a sua obrigação constitucional, que é o de regulamentar o art. 120B da Constituição do estado. Nós estamos cumprindo com a nossa obrigação de propor a regulamentação do art. 120B da Constituição, que já tornou as ações do Orçamento Regionalizado impositivas. O que nós estamos tratando aqui hoje, na verdade, é de fixar os critérios da escolha das ações, nós não vamos mais dizer que ela é impositiva, já está na

Constituição do estado, nós simplesmente estamos fazendo com que haja uma regulamentação que fixe o critério de escolha e as pessoas que vão escolher, é isso que está no projeto de lei complementar!

Nós não estamos tornando impositivo, já é impositivo, e ademais, sras. deputadas e srs. deputados, nós não vamos aumentar qualquer real de despesa, a regulamentação prevê a separação de 3% da receita líquida do estado para servirem de custeio para execução das ações do Orçamento Regionalizado. Então, sr. presidente, se esta Casa aprovou por unanimidade uma proposta de emenda à Constituição do Estado, tornando-a obrigatória, através do art. 120A, a inclusão de todas as ações no orçamento do estado, e através do art. 120B, tornando impositivo, não resta outra dúvida de que cabe também a esta Casa fazer a regulamentação. Por isso da importância da votação do PLC n. 0004/2016.

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, acho que no momento em que a sociedade brasileira clama por uma nova política, no momento em que nós podemos dizer que Santa Catarina em questão política é um estado diferenciado em nível de país, entendo que ou nós votamos, tornando o Orçamento Impositivo, ou nós temos que decidir aqui também o fato de suspender as audiências do Orçamento Regionalizado.

Nós não podemos ir lá, chamar a sociedade, debater as prioridades e depois ficar por isso. Então, vejo que é o momento de esta Casa decidir! Decide que é impositivo, na verdade, a parte do Orçamento Regionalizado significa 3% do Orçamento geral, então, não é um valor muito elevado, e a sociedade aguarda isso. Ou voltamos no ano que vem com uma resposta para a sociedade, através daqueles que participam do Orçamento Regionalizado, ou vai ficar muito chato qualquer deputado estar presente lá nas audiências desse

orçamento que acaba não priorizando nada na questão do Orçamento do estado.

Então, acho que é uma definição que esta Casa tem a obrigação de tomar, até para continuar sendo um exemplo de Legislativo para o nosso país.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Gostaria, antes de conceder a palavra para o eminente deputado Kennedy Nunes, de deixar claro a todas as sras. deputadas e aos srs. deputados que está acatada a proposição do deputado Fernando Coruja. Cabe a Presidência e a primeira-secretaria definir a data em que virá ao Plenário.

Nós, neste momento, estamos acatando o requerimento do eminente deputado Fernando Coruja. Eu não vou colocar neste momento em votação, até porque não estava na Ordem do Dia, então, posteriormente, possivelmente na semana que vem, o presidente o colocará em pauta, até porque, neste momento o referido projeto não consta na pauta e já acatei o requerimento do eminente deputado Fernando Coruja. Então, já está respondido, nós não vamos votar neste momento, vamos votaremos na próxima semana, até porque compete ao presidente e ao primeiro-secretário definir a pauta do que nós votaremos ou não. Evidentemente, diante do clamor das sras. deputadas e dos srs. deputados, inclusive do meu, com certeza o presidente Gelson Merisio colocará o projeto em votação na próxima semana.

Para deixar claro este assunto, até porque nós temos vários vetos e nós gostaríamos de aproveitar o quórum, neste momento, em função de compromissos das sras. deputadas e dos srs. deputados, que têm que se retirar do Plenário, então, peço a compreensão de v.exas.

Para concluir, com a palavra, o deputado Kennedy Nunes. *[Coordenadora: Carla]*

DEPUTADO KENEDDY NUNES - Sr. presidente, eu sempre fico imaginando o que o nosso eleitor consegue tirar de extrato daquilo que acontece aqui, e eu estava ali ouvindo e fico preocupado. Foi colocado hoje aqui que o que estamos fazendo

não vale nada, que o Orçamento Regionalizado é balela, que se gasta uma fortuna com diárias desses e daqueles. Daí eu fico imaginando o eleitor pensando o que nós deputados estamos fazendo aqui?

Quero dizer uma coisa muito clara, estou aqui nesta Casa há nove anos, e participei de todos os anos do Orçamento Regionalizado, e para quem não observa o que falamos lá e o que levantamos de números, engana-se quando diz aqui que o Orçamento Regionalizado, mesmo, até então, não estando impositivo, e graças a Deus pelo nosso quase decano, deputado Marcos Vieira, que vem aqui e expressa o que está acontecendo, e eu já estava agoniado ali na bancada, porque da forma como os deputados vinham falando parece que o Orçamento Regionalizado não é impositivo, mas já é! Nós aprovamos, só falta regulamentar. Obrigado pela sua lucidez, deputado. Mas engana-se quem diz que o Orçamento Regionalizado está passando aí e enganando os catarinenses.

Quem está há mais tempo aqui sabe que muitos dos pontos que foram discutidos no Orçamento Regionalizado já foram feitos. Inclusive nas regiões do Orçamento Regionalizado quando existe uma ADR organizada mostra quantos por cento das escolhas do ano passado já foram executadas. É preciso esclarecer aqui, até para que quem está nos assistindo possa saber que estamos cumprindo uma questão constitucional, o fator do Parlamento ir conversar, os técnicos da secretaria de Finanças, da secretaria Regional, fazem reuniões antes dos deputados chegarem, quem escolhem as prioridades levanta a mão, ou seja, um processo totalmente democrático. E inclusive temos um acordo em não apresentarmos emendas no Orçamento para valorizar as escolhas do Orçamento Regionalizado.

Então, só queria explicar isso para não ficar feio para nós deputados, porque parece até, então, que o que estamos fazendo é balela. E não é balela. Obrigado, deputado Marcos Vieira, pela sua lucidez em esclarecer algumas falas aqui que,

infelizmente, poderiam ter ficado guardadas na cabeça de alguns parlamentares.

Deputado Julio Ronconi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Quero parabenizar os deputados Fernando Coruja e Marcos Vieira, por esclarecer e colocar em pauta um assunto tão importante como esse, que vai fazer com que esta Casa seja, mais uma vez, exemplo para todas as demais Assembleias do nosso país. E além do mais, isso servirá de exemplo para muitos municípios fazerem, dentro das suas regiões, dentro do seu território, os Orçamentos Regionalizados municipais. Nós percebemos municípios que só aplicam em determinada área e esquecem de outras, quando se faz Orçamentos Regionalizados dentro do próprio município.

Parabéns a Assembleia Legislativa. Peço para que se faça um acordo de líderes para que seja votado na terça-feira da semana que vem, a fim de que possamos resolver, de uma vez por todas, esse assunto que é fundamental para Santa Catarina.

Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.  
[Taquígrafa: Salete]

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Um minuto mais, porque é extremamente importante o que eu tenho a dizer e que esqueci de dizer em minha fala anterior. Há exatos 15 anos as audiências públicas do Orçamento Regionalizado são realizadas sem com que se cumpra a Lei Complementar n. 0157. Se levarmos ao pé da letra, tudo o que se realizou até hoje, não tem qualquer validade, é nulo de pleno direito, porque não se cumpre, não se cumpre!

E o Projeto de Lei Complementar n. 0004 vem regularizar toda essa situação para darmos cumprimento efetivo naquilo que a sociedade está a exigir: o Orçamento Regionalizado Impositivo.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) -  
Obrigado pela informação!

Discussão e votação da Mensagem n. 0408/2015, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0050/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar n. 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.

Art. 36: Parágrafo Único. A vantagem pessoal nominalmente identificável de que trata o caput deste artigo integra a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, décimo terceiro vencimento e terço constitucional de férias e contribuição previdenciária, ficando sujeita à atualização decorrente dos índices dos reajustes do Magistério Público Estadual.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, a emenda dando nova redação ao parágrafo único do art. 36 é de minha autoria e vem ao encontro dos anseios dos assistentes de educação do estado de Santa Catarina, que somam um total de aproximadamente 1.250 especialistas.

O que diz a redação original, do Parágrafo Único do Art. 36: "A vantagem pessoal nominalmente identificável de que trata o caput deste artigo integra a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, décimo terceiro vencimento e terço constitucional de férias e contribuição previdenciária."

A emenda atendendo aos anseios e aos apelos dos assistentes de educação, é acrescendo a seguinte, a parte *infine* do art., fazendo constar o seguinte; "Ficando sujeita a atualização decorrente dos índices de reajuste do Magistério

Público Estadual", ou seja, a vantagem pessoal, nominalmente identificável ficaria congelada *ad eternum*, com a emenda ela passa a ter o reajuste normal quando há o reajuste do Quadro do Magistério.

Esta emenda só foi apresentada, e quero aqui dizer à v.exas., que eu fiz a emenda porque houve a concordância do secretário de Estado da Educação. Houve o "de acordo" do secretário, está aqui a assinatura do secretário Eduardo Deschamps. O líder do governo, o deputado Silvio Dreveck, foi o relator da matéria, acolheu a emenda, e o Plenário votou por unanimidade.

Esta emenda e outras duas emendas que dizem respeito aos assistentes de educação também foram apresentadas por mim, também com o "de acordo" do secretário Eduardo Deschamps, as duas também acolhidas pelo líder de governo, aprovadas no seu relatório, aprovadas no Plenário e sancionadas pelo governo do Estado, desculpe, o relatório foi do deputado Valdir Cobalchini, mas com a concordância do líder do governo, do deputado Silvio Dreveck.

A primeira emenda que fiz, que foi do § 6º do art. 30 diz respeito à investidura em cargos de direção também dos assistentes de educação, o que passou. A segunda, o § 6º do art. 31 diz respeito que a investidura no cargo de assistente de direção também cabe aos assistentes de educação.

Então, as três emendas, todas com o "de acordo" do secretário Eduardo Deschamps, foram acolhidas pelo eminente deputado Valdir Cobalchini no seu relatório, conforme acordo com o governo, mas, infelizmente, o governo não cumpriu com o acordo, razão pela qual, srs. deputados, peço a derrubada do veto nominando o número dois.  
[Coordenadora: Carla]

Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, para declaração de voto.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não poderia deixar de me somar ao esforço da derrubada

do veto, mas os assistentes educacionais já têm pleiteado por muito tempo questões com relação às gratificações, e agora a forma como esse item foi colocado no projeto que, na verdade, determina o sepultamento praticamente do benefício. Nós vivemos processo inflacionário, e queremos que a inflação seja sempre menor, porém, existe processo inflacionário, e qualquer valor quando colocado na lei, dizendo que não haverá mais correção, é praticamente excluir o benefício.

Há, inclusive, um art. na Constituição Federal que fala da irredutibilidade dos salários, e à medida que não se corrige, pela inflação e demais índices que os salários são corrigidos está, sim, havendo redução salarial.

Por isso, nós nos somamos ao esforço do deputado Marcos Vieira, com a aprovação da emenda que corrige essa injustiça. Peço pela derrubada do veto.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade o governo do estado vetou a proposta, de autoria do deputado Marcos Vieira, por entender que os assistentes educacionais não formam o quadro do Magistério, esta é a principal razão. Além do que pode evidentemente ter desdobramento de aumento de despesa na folha de pagamento. Porém, é impossível não reconhecer, como já foi muito bem defendido pelo deputado Marcos Vieira, a celebração do acordo, que foi firmado pelo secretário de Estado da Educação, e tenho em mãos cópia do documento, e que na ocasião teve o aval do deputado Silvio Dreveck, líder do governo, que no momento está licenciado do Parlamento.

Por isso, estamos com muita tranquilidade liberando a base para o posicionamento que cada um tiver sobre a matéria.

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Como relator da matéria, tudo que foi acatado no relatório foi de comum acordo com a liderança do governo, com o secretário da Educação e também com os técnicos que trabalharam vindos da secretaria da Administração, razão pela qual entendo que esta emenda, que foi apresentada pelo deputado Marcos Vieira e por nós acatada e aprovada no Plenário, e assim como outras emendas, quero lembrar aqui a emenda fruto de entendimento entre este relator, o líder do governo e o governo do estado, que trata da lotação dos servidores nas secretarias regionais. Eu indago a v.exa. se este veto também será analisado no momento e, se não estiver pautado, nós já tratamos com lideranças de bancada, como o deputado Marcos Vieira, deputada Luciane Carminatti, pelo PT, e que apresentaram emendas que foram aprovadas e fruto de entendimento com parlamentares.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Deputado Valdir Cobalchini, esta pautada para votarmos em seguida.

(Passa a ler.)

"Art. 48. Os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, em exercício na sede setorial ou nas gerências regionais até a publicação da presente lei complementar, poderão optar pela lotação definitiva, respectivamente, conforme o caso, ou na sede setorial ou nas gerências regionais de educação.

Parágrafo único. A opção que o *caput* deverá ser efetuada em até 30 dias, contados a partir da publicação da presente lei."

Portanto, após a votação da emenda ao art. 36, nós vamos votar a emenda ao art. 48.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Exatamente o teor da emenda foi escrito pelos técnicos do governo, e

nós assinamos e eu obviamente como relator quero reforçar a necessidade da derrubada do veto.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Diante das manifestações dos srs. parlamentares, já está bem esclarecido o acordo que houve com o governo para aprovação do Projeto de Lei n. 0050/2015.

Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - A discussão está se desviando um pouco do foco, que é o § 1º, do art. 36, depois vamos votar o art. 48, eu só quero dizer que o líder do governo reconhece que houve o acordo, tem o documento na mão, está liberando a base do governo para votar pela manutenção ou derrubada do veto. Porém, como ocorreu acordo com o governo, eu apelo que os srs. deputados, se assim entenderem, o façam pela derrubada do veto que é o número dois.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

Deputado Ismael Dos Santos - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, o eminente deputado Ismael dos Santos, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de orientar a bancada do PSD a votar, tanto nesse quanto no próximo veto, pela derrubada, voto "não", voto dois.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FÁBIO FLÔR	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	abstenção
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO ROBERTO SALUM	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 28 votos "não" e uma "abstenção".

Está derrubado o veto ao art. 36, no seu Parágrafo único.

Discussão e votação da Mensagem n. 0408/2015, que dispõe sobre o veto parcial ao art. 48 do Projeto de Lei Complementar n. 0050/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério

Público Estadual, instituído pela Lei Complementar n. 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.

Art. 48. Os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, em exercício na sede setorial ou nas gerências regionais, até a publicação da presente lei complementar, poderão optar pela lotação definitiva, respectivamente, conforme o caso, na sede setorial ou nas gerências regionais de educação.

Parágrafo único: A opção de que trata o *caput* deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação desta lei Complementar.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o eminente deputado. sr. Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, todas as emendas, eu vou aqui repetir, todas as emendas acatadas, no meu relatório, foram fruto de entendimento entre esta casa e o Poder Executivo. Quando falo do Poder Executivo, falo do secretário de estado da Educação, já que era o Plano de Carreira dos Servidores da Educação. Falo dos técnicos da secretaria da Administração, que aqui conosco trabalharam todo o relatório com a concordância, inclusive do secretário da Casa Civil.

Claro, o deputado Marcos Vieira, nos trouxe uma proposta de emenda que nós acatamos com o "de acordo" do secretário da Educação, todas as outras emendas que foram aqui aprovadas tiveram a

construção, inclusive no texto dessas emendas, tiveram a participação da secretaria da educação, notadamente, na pessoa física do secretário.

Então, solicito aqui ao líder do governo, deputado José Nei Ascari, que substitui o deputado Silvio Dreveck, que também participou desse processo, se não estiver confortável, eu peço a retirada para que a gente possa discutir depois, mas tudo o que aconteceu...

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Deputado Cobalchini, já está em processo de votação e não há como retirar.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Então, quero aqui, em nome do bom entendimento que houve na construção do Plano de Carreira, nenhuma proposta que não tenha sido aceita pela secretaria da Educação e da Administração, nenhuma emenda foi aprovada aqui em Plenário. As emendas que foram aprovadas todas tiveram a concordância do Executivo, então, em nome desse entendimento, peço o voto dois, pela derrubada do veto.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, reconheço toda a argumentação aqui formulada pelo eminente deputado Valdir Cobalchini, mas eu não tenho condições, até por falta de uma, evidentemente, comprovação desse entendimento, diferentemente do que aconteceu na discussão anterior, até porque temos em mãos um documento subscrito pelo nosso secretário da Educação, em função deste cenário, desta circunstância, eu não tenho outro encaminhamento a não ser recomendar a manutenção do veto, sr. presidente. Peço voto um.  
[Coordenadora: Carla]

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, para declaração de voto, o sr. deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Eu só quero fazer um pequeno parêntese aos deputados que ainda não definiram pela derrubada do veto, porque há poucos dias, aqui na Casa, votamos o Projeto de Lei Complementar n. 0049, resolvendo problemas históricos dentro de secretarias das mais diversas, inclusive em alguns casos, transposições de cargos, mas o fizemos para corrigir situação de fato que estava causando constrangimento para muitos servidores em virtude de uma Adin.

E agora estamos tendo dificuldades de reconhecer algo muito simplório, que é dar oportunidade para as pessoas que lá estão, na secretaria de Estado da Educação, não é transposição de cargo, mas estão nas gerências nas secretarias Regionais saíram das salas de aula para ajudar o governo do estado numa missão mais importante, que era fazer funcionar as secretarias regionais, e estão lá, trabalhando, diuturnamente, sem a lotação, o que acontece é que agora esses professores não têm mais o direito de voltar para a sala de aula porque a sua vaga de professor já está sendo ocupada por outro professor.

Então, não é justo que nós não reconheçamos esse direito desses professores que estão lá trabalhando de serem lotados nesta pasta, como fizemos com os demais há poucos dias atrás, aqui na Casa. E não são muitos funcionários em Santa Catarina, não são muitos servidores, e esta conversa foi fruto de negociação feita pelo deputado Valdir Cobalchini, relator da matéria, das quais algumas eu participei da conversa. Então, não estamos cometendo nenhum equívoco, estamos cometendo Justiça em derrubar este veto.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero dizer que, de fato, quando o deputado Mauro de Nadal argumenta que os professores têm a sua lotação definida quando ingressam através do

concurso público, portanto, tendo um local definido de atuação e, na medida em que vão prestar um serviço ao estado, quando ocupam uma função da gerência de educação, eles perdem esta lotação. E, por consequência, quando tem que retornar para a escola, não têm mais o seu local definido.

Então, me parece que é pertinente, mas eu quero alertar, deputados, que não resolve todo o problema, porque no caso, por exemplo, da extinção desses órgãos, esses professores continuarão sem lotação. Então, o professor que está lá na gerência de Chapecó, por exemplo, teria que ter a sua lotação na sede, aqui, em Florianópolis.

Então, veja que nós estamos resolvendo um problema, que é a falta de lotação, mas não estamos resolvendo o problema definitivo, e precisaríamos avançar ainda mais neste sentido. Mesmo assim, voto pela derrubada do veto.

Deputado Fábio Flôr - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Fábio Flor.

DEPUTADO FÁBIO FLÔR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, acordo deve ser honrado. Independente da orientação da bancada do meu partido, o meu voto é pela derrubada do veto, o meu voto é dois.

Deputado Roberto Salum - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Roberto Salum.

DEPUTADO ROBERTO SALUM - Sr. presidente, eu estava meio confuso, mas eu vou pelo acordo que o meu partido, o PRB, manteve com o PMDB. Vou votar pela derrubada do veto.

Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de exemplificar algo muito

real que acontece na secretaria de Desenvolvimento Regional, da cidade de Criciúma. Alguns professores, por opção, e como já disse o deputado Mauro de Nadal, quiseram, por opção, durante a construção de um projeto governamental, trabalhar na função administrativa, na secretaria de Desenvolvimento Regional. Automaticamente, hoje, eles trabalham lá, perderam a sua lotação nas suas escolas, não estão acompanhando os reajustes que são feitos na área educacional e estão à mercê de uma perspectiva, dentro do crescimento.

A partir deste momento, e respondendo a deputada Luciane Carminatti, se extintas as secretarias regionais, eles irão para as Gereds, que não serão extintas. São gerências de educação, como a Gersa, da Saúde, que também não serão extintas, porque já existiam antes das secretarias regionais, e consideravelmente, depois das secretarias regionais, da extinção, também haverá de ficar em funcionamento. Por isso, que eles serão integrados dentro desse quadro civil da Educação. Muito obrigado!

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Solicito aos srs. deputados que não votaram ainda, que procedam ao seu direito de voto, por favor, até para encerrarmos a presente discussão e a votação.

Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.  
[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, não é para encaminhamento, que já foi feito. Eu fiz contato, agora, com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, lembrando a ele do entendimento que fizemos aqui nesta Casa, e ele se encontra no aeroporto e confirmou, claramente, que tudo aquilo que nós aprovamos aqui foi fruto de entendimento entre o Legislativo e o Executivo, razão pela qual, passo aos deputados que não se sintam absolutamente constrangidos, porque aquilo que é combinado não é caro. E nós combinamos isso aqui!

Razão pela qual reforço àqueles que ainda não votaram, voto dois.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FÁBIO FLÔR	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO ROBERTO SALUM	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

não

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "não".

Está rejeitado o art. 48 do Projeto de Lei n. 0050/2015.

Discussão e votação da Mensagem n. 0232/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0382/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Em discussão.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o líder do governo, deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu peço a retirada de pauta deste veto, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Acato a solicitação de v.exa. Está retirado.

Discussão e votação da Mensagem n. 0217/2015, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0245/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue, no estado de Santa Catarina.

Então, na prática, o que está sendo vetado é o art. 3º, que o Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. Presidente, só para deixar bem claro que o veto é parcial ...

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Sim, é parcial ao art. 3º.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Trata-se de um veto ao projeto de lei de autoria do deputado Antônio Aguiar, que está aqui presente, e que estabelece, como o sr. já falou, data comemorativa no calendário oficial de Santa Catarina.

O motivo do veto repousa somente no seu art. 3º, que define que o Poder Executivo regulamentará a Lei no prazo de 90 dias, o que fere, no entendimento do governo a constituição estadual, conforme inúmeros precedentes, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

Então, o veto é parcial e não prejudica na verdade a boa iniciativa do projeto do deputado Antonio Aguiar.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu acho que assiste razão neste caso ao líder de governo, pois o projeto não é prejudicado, evidentemente, porque a regulamentação, como é uma prerrogativa do Executivo, fala na Constituição no Art. 84, nós não podemos determinar que ele o regulamente, a regulamentação é obrigação, e se ele não o fizer, inclusive há instrumentos legais que o obrigue a fazer, como por exemplo, a ação direta por omissão, se for o caso. Mas há, então, um largo entendimento do Supremo. Aliás, essa é uma prática que aqui a Casa utiliza como rotina, que deveria ser eliminada de colocar que o Executivo vai regulamentar em determinado tempo, porque é inconstitucional no meu entendimento.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FÁBIO FLÔR	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO ROBERTO SALUM	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim".

Está mantido o veto.

Votação da redação final do projeto de Lei n. 0190/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do projeto de Lei n. 0462/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do projeto de Lei n. 0516/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

*[Coordenadora: Carla]*

Pedido de Informação n. 0123/2016, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a se enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação destinados a compras de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0124/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do cumprimento da Lei n. 14.652, de 2009.

(institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental para empreendimentos hidrelétricos).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0147/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Educação, solicitando urgência no repasse dos recursos financeiros aos municípios referentes às parcelas atrasadas do transporte escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0148/2016, de autoria do Bloco Social Progressista, a ser enviada ao ministro da Agricultura e demais autoridades, solicitando a regularização de terras devolutas em faixa de fronteira no município de Xanxerê e região oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0149/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República em exercício e ao ministro da Saúde, solicitando o reajuste adequado da tabela do SUS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0868/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0869/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0870/2016, de autoria do deputado Julio Ronconi; 0871/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0872/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0348/2016, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO ROBERTO SALUM (Orador) - Saliencia que pretende honrar o seu mandato e aprovar projetos em benefício dos funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, lembrando o ex-deputado Lício Mauro da Silveira, defensor dos servidores.

Solicita aos parlamentares apoio para derrubada de veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0005/2016, que dispõe sobre a conversão das licenças-prêmio em pecúnia aos servidores efetivos que querem se aposentar.

Questiona o governo estadual e federal sobre os critérios de concessão de aumento salarial aos professores.

Manifesta indignação com relação ao cidadão de origem alemã, estabelecido no bairro Ratoles, que construiu um fossão, em detrimento dos moradores que plantam verduras, legumes e frutas, para distribuir à Grande Florianópolis.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Observa que o país precisa de pessoas que falem a

verdade, e não de gente equilibrada do ponto de vista racional. Os políticos precisam ter posicionamento.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado dizendo que a liturgia do mandato às vezes cria fronteiras que precisamos respeitar, porém, é preciso que se dê voz e vez especial aos que estão na periferia da cidade. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Registra que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa estará promovendo o 2º Seminário Catarinense para debater sobre a fosfoetanolamina, no dia 29 de julho, convidando todos para acompanhar as discussões sobre o polêmico tema.

Informa que estarão participando do seminário a Escola do Legislativo, a comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Portadores de Câncer do Brasil, pesquisadores do Instituto de Química da Universidade de São Paulo-USP, entre outros.

Declara que a fosfoetanolamina tem sido uma esperança no tratamento dos portadores do câncer, porém, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a lei que autorizava o uso da substância. Espera que a situação seja revertida, pois milhares de pessoas já comprovaram a eficácia da substância. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Clama pela conclusão da SC-108, que liga o bairro de Itoupava Central/BR-470/Vila Itoupava, pontuando que as obras estão num ritmo muito lento, a exemplo da duplicação da BR-470, que se tornou uma mentira, nada mais que algumas carradas de barro na estrada. Explica que a conclusão da SC-108 é muito importante para o desenvolvimento do vale do Itajaí, pois fará com que o trânsito flua com mais rapidez além de desafogar a rodovia Guilherme Jensen.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo tema em questão, reputando impensável Blumenau na década subsequente sem a SC-108 concluída. *[Taquígrafa: Renata]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Dá ciência do encaminhamento de ofício à Receita Federal solicitando a manutenção da Agência da Receita Federal no município de Xanxerê.

Critica a decisão do governo federal em reduzir recursos que já haviam sido garantidos para obras de melhorias na BR-282, no oeste catarinense, região que mais uma vez foi prejudicada.

Comemora a decisão do ministério dos Transportes em autorizar estudos de viabilidade para a duplicação da BR-282, entre Chapecó e extremo oeste, e de Campos Novos a Florianópolis. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JULIO RONCONI (Orador) - Agradece aos servidores e deputados da Assembleia Legislativa que manifestaram pesar pelo falecimento de seu pai.

Ratifica pedido de aumento de efetivo policial à cidade de Rio Negrinho e região, argumentando que o desemprego está gerando aumento da criminalidade.

Convida todos os representantes da região do planalto norte a participarem de reunião que visa à elaboração de um documento a ser entregue ao governador do estado, relacionando as principais providências a serem tomadas na região, entre elas o aumento do efetivo da Polícia Militar.

Faz menção ao Dia do Pediatra, enaltecendo a classe; e manifesta tristeza em relação aos convênios não concretizados na área da Saúde, clamando ao governo do estado que reavalie tal situação com muito carinho.

Informa que na semana subsequente encaminhará moção de aplausos aos diretores do Hospital Universitário de Florianópolis, tendo em vista os excelentes serviços prestados à população,

frisando que o referido hospital serve de exemplo para todo o estado. [Taquígrafa: Renata]

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [Revisão Final - Taquígrafa: Renata]